



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 24341/2024, Pregão Eletrônico 33/2024

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de distribuidor de combustível, para o fornecimento e entrega parcelada e contínua de Gasolina Comum e de Diesel S10, com o comodato não oneroso de tanque e equipamentos, a fim de atender às necessidades de armazenamento no Posto de Abastecimento Municipal.

A empresa **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A**, encaminhou a esta especializada impugnação ao edital, onde questiona cláusulas editalícias.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em síntese, a impugnante alega:

- Irregularidades na qualificação técnica;
- Prazo para instalação dos tanques muito longo;
- Falta de exigência de balanços e índices contábeis.

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado possui diversas irregularidades, argumentando a falta de exigência de determinados atestados e laudos referentes à qualificação técnica, importantes para a correta execução do objeto e, ainda, que os atestados solicitados não correspondem ao real objeto do certame.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

Questiona também o prazo estabelecido para instalação dos tanques e a suposta falta de exigência de balanço e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas a fim de garantir a execução do contrato.

Importante destacar que é através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Ressalta-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Sobre o tema, se faz necessário trazer ao debate as lições do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“ (...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração. ” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 611).

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito das qualificações técnicas, devendo a secretaria requisitante se manifestar a respeito das razões apresentadas.

Em oportuno, importante ressaltar também que, se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação de documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. Ou seja, **afigura-se como indispensável que o pregoeiro seja assessorado por outros servidores para fornecer subsídios e informações relevantes sobre o objeto, podendo a Administração, até mesmo, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar na licitação, sendo a Comissão capaz, inclusive, de discordar das conclusões dos pareceres técnicos.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

Devemos nos atentar, contudo, que existe **a possibilidade de o pregoeiro ser induzido a erro, por ser levado a tomar certa decisão em razão de parecer técnico de membro da equipe de apoio quando não possuir expertise técnica sobre o objeto da licitação.** Nessa hipótese, segundo entendimento dos Conselheiros do TCE/PR, “a mera designação do pregoeiro e equipe de apoio não transfere ou delega os poderes e responsabilidades da Autoridade Competente.”

Assim, resta claro que **não imputa ao pregoeiro a responsabilidade pela análise técnica, tendo em vista as questões de qualificação técnica serem uma exigência solicitada pela Secretaria Requisitante,** fugindo do domínio desta Coordenadoria.

Com efeito, o órgão de consultoria não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados à conveniência e oportunidade da Administração, que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

Assim, uma vez que os requisitos técnicos foram estabelecidos pela própria Secretaria Requisitante e fogem do entendimento desta coordenadoria, considerando que não detemos conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da análise e, ainda, em conformidade ao decreto 10024/2019, art. 17, Inciso II; vejamos:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:
(...)

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de **poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;**”

Esta Coordenadoria mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta CPL debater sobre o tema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Sobre a suposta falta de exigência de balanço e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas a fim de garantir a execução do contrato, estas já se encontram dispostas no referido edital, mais precisamente no item 13, letra B - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

IV – DA CONCLUSÃO

Assim, considerando que os apontamentos acima tratam de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Coordenadoria opina pela remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de possível pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.

Em 05/11/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111813

De acordo

DJALMA ALVES DA SILVA
Agente da contratação